

de muito frágeis. Assim, a comercialização assenta-se no processo comercial predominante, enfrentando a voraz concorrência capitalista. Ampliar a capacidade competitiva no mercado capitalista poderia ser uma estratégia, contudo não fortalece os princípios da solidariedade.

A produção baseada na cooperação igualitária tende a fortalecer vínculos familiares e comunitários, além de recuperar a experiência da gênese do trabalho, que é a socialização. Na cultura originária do trabalho, apenas há lugar para a divisão natural, sem fazer dela base para diferenças e desigualdades sociais. Todavia, a solidariedade é de pequena abrangência - embora esteja presente em quase todos os municípios - e ainda se constitui uma experiência de grupos focalizados e específicos. Em uma perspectiva coletiva, carece de maior aceitação pelo conjunto dos trabalhadores que se mantêm fidelizados aos vínculos e obrigações predominantes no mercado de trabalho.

O fortalecimento da economia solidária, mantendo seus princípios a serviço dos trabalhadores, pressupõe uma compreensão política do não deslocamento do trabalho do coração das relações sociais de produção capitalista. Os produtores em geral, e em particular

o **movimento social**, não devem naturalizar, tampouco positivar o desaparecimento do trabalho do contexto da produção nos moldes preconizados pelo capital. Esta movimentação provoca uma nova alienação do trabalho no processo produtivo, arrefecendo a luta pela emancipação. O capital contemporâneo já demonstrou que o antagonismo de classes não desaparece com a desproletarização. A apropriação do trabalho, ainda que sob novas estratégias, continua a ser o foco da luta de classes. Se outro mundo é possível, não é preciso fazer dele uma reedição do atual. Não se necessita repetir as experiências dos trabalhadores do passado, que acabaram por recriar classes dominantes que seguiram, e seguem, expropriando o trabalho. Para fortalecer a solidariedade na produção e comercialização, um caminho seguro parece ser o de investir nestas experiências que se mostram transgressoras da ordem capitalista ●

* **Doutor em História. Professor do Departamento de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. E-mail: s.olima@bol.com.br**

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: uma técnica*

por Maria Cristina de Távora Sparano**

O fundamento da experiência de trabalho

Uma das exigências, tanto da graduação em Filosofia como da pós-graduação é a produção de um artigo, um ensaio, um *paper* de conclusão das atividades didáticas, no qual os alunos devem confeccionar um texto com definição clara do tema tratado, honestidade de referências, articulação apropriada de ideias.

Para a concretização desta tarefa, o problema que o professor enfrenta resume-se a uma pergunta inicial: pode-se ensinar a refletir? E, além disso, pode-se ensinar a escrever aquilo que se pensa e quer, realizando na produção um salto qualitativo que vai da simples associação de ideias, da expressão de emoções para um trabalho objetivo

onde aquele que lê ou escuta realmente possa tirar proveito do exposto, isto é, aprender?

Do ponto de vista pedagógico, as vantagens do trabalho de iniciação filosófica para o professor culminam com a apropriação de duas características do pensamento, à primeira vista muito diferentes e até mesmo excludentes: o pensamento abstrato e o concreto, tais quais o **pensar** - problematizar, elaborar conceitos e argumentar - e o **ler e escrever** - confrontar opiniões, teses, e concluir com palavras, frases, num discurso coerente, ou seja, racional, apropriado à comunidade dos falantes à qual se dirige o discurso.

Poderíamos aqui levantar algumas premissas importantes da fundamentação deste trabalho

prático-teórico, como a de educar uma geração de alunos com excessiva influência da cultura visual. À primeira vista isso pode parecer irrelevante, mas é sabido que o modelo educacional atual tem produzido poucos efeitos na busca de resultados. O processo convencional de educação está em xeque devido às dificuldades de ajustar a estratégia pedagógica a este novo tipo de estudante que chega às instituições. Mas trata-se verdadeiramente de ajustar, adaptar modelos ou de propor novas estratégias que valorizem a linguagem verbal e escrita não apenas como um reflexo do mundo que vemos? Não seria oportuno tratar de dizer como o vemos, com categorias da racionalidade? Essa é a forma privilegiada da ciência na descrição da realidade: dizer como o mundo é.

Na sociedade atual, oferecer meios de compreender o universo dos falantes é forma prática de “aparelhar” os estudantes para os desafios cotidianos e àqueles de sua futura vida profissional. No processo de trabalho, isso toma a forma de julgamento e de escolha: de textos, de frases, de discursos. Muitas vezes, esta estratégia crítica não é recomendável, dada as ideologias dominantes e seu poder de sedução. Podemos até mesmo dizer que nos dias atuais ela é esmagadora, tal é o poder da mídia e do apelo das imagens. Diante da cultura visual, televisão, *outdoors*, vitrines, o jovem estudante tem uma dificuldade enorme para o raciocínio abstrato decorrente da leitura, o que comporta uma decodificação menos estimulante e, além da decodificação, dificuldade na atribuição de significados, uma vez que isso já seria uma reconstrução linguística sua.

Perguntamo-nos, então, como suplantar o formato convencional de cisão entre teoria e prática, desenvolvendo a especulação, tão importante na constituição dos saberes, e oferecer condições de pensar sobre as ideias e não apenas sobre fatos. Imaginar soluções toca no princípio mesmo da criação. Sabemos que as ciências positivas, tão em voga no final do século XIX, estabelecidas sobre o mensurável e o experimentável, não são mais tão hegemônicas assim. A avaliação quantitativa foi substituída pela qualitativa, e o processo experimentável, pelo de verificação das premissas que conduziram os experimentos. Assim, o corpo docente tem uma tarefa importante associada a esses objetivos: são responsáveis por desenvolver uma articulação com

o objetivo final da produção do texto, estimulando uma visão abrangente e contextualizada.

O ensino fundamental e médio deveria atender os alunos na produção de conhecimento; já processá-los e torná-los abstratos, dando-lhes forma, é o objetivo dessa proposta de trabalho. Para tanto, é aconselhável aproveitar uma característica que os alunos têm de sobra, o raciocínio indutivo. Ao iniciarem a pesquisa, todas as iniciativas são válidas, desde a realização de simples resenhas até o mero levantamento bibliográfico, porém, sempre seguindo o processo de especulação de cada um, até o momento de produzir justificativas e avaliações sobre o tema pesquisado. Os conceitos são assim apresentados e compreendidos desde que trabalhados na pesquisa. Com isso, busca-se esmero e solidez na formação, assim como a habilidade no uso da linguagem o que produz profissionais com clareza de definições.

A técnica - *technè*

A origem do termo remonta à filosofia grega, na qual as ideias de belo e bem encontravam materialização na ideia da obra de arte. Para Aristóteles, toda arte tem como característica fazer nascer uma obra buscando os meios técnicos e teóricos para criar uma coisa nova, isto é, algo da ordem da categoria do possível, cujo princípio reside na pessoa que a executa e não na obra executada.

A técnica, ela mesma, não é um verdadeiro saber. O verdadeiro artesão não precisa compreender o que faz. Ele deve se contentar em aplicar o que lhe ensinaram. Sua técnica repousa sobre a fidelidade, sobre a confiança na tradição dos saberes, pois está situada entre o conhecimento e a *technè*, o acaso e o outro. Ele se submete, imita, tateia como um cego, para poder fazer profissão com a matéria sobre a qual se debruça. O tempo de realização técnica não é uma realidade estável, unificada, homogênea; é um tempo ágil, de oportunidades. O artesão deve apreciar e julgar o momento em que a situação está madura e jamais abandonar seu trabalho, aconselha Platão.

A obra que o artesão produz não é um objeto natural, assim como não é sua técnica, pois, finalmente, obedece a uma finalidade inteligente; Aristóteles diria, sua causa final. Ela visa, no entanto, um efeito, produzir um *eidós* que pode ser

uma casa ou a saúde, por exemplo. A produção supõe, então, uma *dinamis* da qual a *technè* é um modo de emprego.

Heidegger coloca uma questão importante quando fala da criação e do trabalho artesanal: no que a criação se diferencia da produção e da fabricação? Como tirar a criação do seu aspecto artesanal? Para Heidegger, a *technè*, tal como nos ensinaram os gregos, não significa trabalho artesanal, nem artístico, nem técnica no sentido moderno do termo. É um modo de saber, um saber na produção, a eclosão de um aspecto. Saber é **ter visto**; o que chamamos conhecimento, apreender a presença do presente em termos heideggerianos.

Nesse sentido, a produção de um texto bem formado, isto é, bem escrito, bem lido, é obra de um sujeito com seu modo particular de aprender e expressar-se. Que se produzam casas, sapatos, textos ou flautas, há uma necessidade bem definida para a qual responde o produto. É a forma que orienta e dirige o trabalho, fixando seus limites

e definindo seu contexto. O artesão criador não comanda a natureza ele simplesmente se submete às exigências da forma e se entrega ao trabalho

Para os alunos, o trabalho formal de produção de um texto deve demonstrar a conduta da reflexão sobre a experiência vivida ou literária, o que pode servir de ponto de partida para uma reflexão original, cuja construção confrontando julgamentos, experiências, outros relatos, poderá levar à compreensão e interpretação da realidade profissional e pessoal ●

* Este texto é o resultado de um trabalho realizado com alunos do curso de Psicologia das Faculdades D. Bosco em Cutiba-Pr e, atualmente, com alunos de Iniciação Científica e da disciplina de Iniciação Filosófica do curso de Filosofia da UFPI.

** Professora do Departamento de Filosofia e do Mestrado em Ética e Epistemologia da UFPI. Doutora em Filosofia/PUC-RS e em Filosofia da Linguagem/Universite de Montréal.

A CRISE E O RESGATE DO PENSAMENTO DE KEYNES NAS FINANÇAS*

por Eder Johnson de Area Leão Pereira**

1 Introdução

Keynes foi um dos principais economistas do século passado; suas teorias influenciam até hoje as ciências econômicas. Ele é um dos raros economistas que tem não somente uma, mas duas escolas econômicas que utilizam seu nome, os neokeynesianos e os pós-keynesianos. Entretanto, a partir da década de 1970, ele ficou à margem do debate econômico, principalmente devido a uma nova corrente que passou a dominar esses debates - a corrente ortodoxa.

Além disso, vale ressaltar que Lucas e Sargent (1980) escreveram um artigo denominado *After keynesian macroeconomics*, no qual tentam enterrar o pensamento de Keynes e o principal motivo são as *microeconomics failures* - que se referem à falta de uma matematização nos escritos keynesianos. Com isso, o pensamento ortodoxo

sobre a economia, principalmente nos mercados financeiros, dominou amplamente o debate teórico. Até que com a crise de 2008-2009

a economia neoclássica não conseguiu mais, através da sua fundamentação teórico-abstrata, explicar certos fenômenos nas finanças, como, por exemplo, as crises econômicas. O motivo é simples: a economia neoclássica é uma escola de pensamento estático-equilibrista onde os agentes são racionais e estão sempre otimizando suas escolhas. Essa visão vai de encontro com a realidade da crise, que é um fenômeno dinâmico e de desequilíbrio.

Dito isto, as idéias de Keynes sobre o comportamento dos mercados financeiros merecem uma releitura teórica; e conceitos, como convenção, incerteza e especulação devem novamente circular nos meios acadêmicos, já que durante algum tempo foram praticamente abolidos